

FORUM JUSTIÇA
MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO MINORIAS

Data: 21 de outubro de 2011

Local: UERJ – sala da Congregação F

Horário: 14:00 às 17:00

Pontos Importantes:

Continuou-se a discussão dos questionários que foram distribuídos para os presentes que não preencheram. Resgatou-se um breve histórico das discussões e dos desafios do grupo.

Uma profunda discussão sobre a posição da Universidade se colocou. Muito se discutiu e se **concluiu que a Universidade – em regra – não faz parte do Sistema de Justiça**, posto que pertence à sociedade civil. O Escritório Modelo da Faculdade de Direito é **ator do SJ**. Quando a Universidade faz parte de Conselhos, por exemplo, **ela faz parte do SJ**.

Quando a Universidade produz teses, estudos e pesquisas sobre grupos vulneráveis; produz “verdade científica”, muito valorizada para fazer prova em juízo e que deve ser estrategicamente chamada a produzir um determinado estudo. O movimento deve usar essa ferramenta importante na luta por direitos.

Trabalhou-se a diferença entre ator e porta de entrada (= canais) do Sistema de Justiça. Em alguns momentos, a porta de entrada é também ator. Quando a porta de entrada não é ator, ela é simplesmente canal, que encaminha para outros atores.

Foram destacadas algumas portas de entrada/atores que podem ser estratégicas e que podem auxiliar e contribuir no redesenho do sistema de justiça. Destacam-se: Comissões de DH, Comissões de Meio Ambiente das Casas Legislativas; Audiências Públicas e Grupos de Trabalho de projetos de Lei, Ouvidorias; Centros de Referência.

A LUTA É PELA EFETIVIDADE DOS DIREITOS.

Foi solicitada uma reunião extraordinária para o estudo de caso e sugestões de estratégias para incidência imediata, urgente e in concreto. Será agendada.

Próximas Reuniões:

04 de novembro, 10:00 às 12:30 – local a definir

25 de novembro, 14:00 às 17:00 – sala 7032 F

02 de dezembro, 10:00 às 12:30 – local a definir

Pauta Próxima Reunião: questionário; metodologia participativa; construção de estratégias concretas para democratização do sistema de justiça.